

ESTUDOS SOBRE OS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO SÉCULO XIX: A CONSTRUÇÃO DA PSICOLOGIA GENÉTICA

GOUVEA, Maria Cristina Soares – UFMG

GT: Psicologia da Educação / n.20

Agência Financiadora: CNPq

A reflexão em torno das etapas da vida humana constitui temática que atravessa as mais diferentes culturas, sendo objeto de produções simbólicas que buscam diferenciar, no interior do continuum da existência do indivíduo, diferentes momentos, definidos a partir dos fenômenos biológicos culturalmente significados.

Na tradição cultural ocidental moderna, tais produções foram, a partir do século XVI, inscritas no interior dos tratados de pedagógicos e de civilidade (Erasmus, Comenius, Locke, Rousseau), através do estudo das diversas etapas desenvolvimento humano, as idades do homem. Destaca-se nessa produção, a afirmação da educabilidade da infância, desenvolvida através da intervenção racional do adulto.

A produção de tais autores vem sendo sistematicamente analisada, quer no interior do campo educacional (Narodowski, 1993, Kulhmann & Freitas, 2003, entre outros) quer nos campos sociológicos e históricos (Ariés, 1983, Elias, 1993, entre outros). Nos estudos educacionais, os grandes tratados pedagógicos produzidos entre os séculos XVI e XVIII são tomados como matriz para a construção de uma pedagogia científica ao longo dos séculos XIX e XX. Configura-se paulatinamente a modernidade pedagógica, tendo como um dos pilares centrais a defesa da centralidade da criança/ aluno na conformação das práticas escolares, ancorada na produção de Rousseau, Locke e outros.

Porém, poucas investigações no campo da história da psicologia têm se voltado para estudo da produção científica do século XIX, em torno dos processos de desenvolvimento humano, que iriam desembocar na produção, no início do século XX, da psicogenia e psicometria. Considero haver ainda um hiato nos estudos existentes sobre o tema, no interior da produção da história da psicologia e da educação, relativo a esse período histórico, questão que busco aqui contemplar.

Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo inventariar a produção científica, ao longo do século XIX, voltada para o estudo dos processos de desenvolvimento humano, a chamada ontogenia. Com base no levantamento e análise das obras de autores do período, busco compreender os fundamentos históricos e epistemológicos da produção do conhecimento sobre a ontogenia, caracterizar tal produção, destacando as permanências e, principalmente, os deslocamentos nos eixos explicativos de tais obras.

Para Narodowski(1993), se no século XVIII, era marcante a produção de estudos sobre as condições de educabilidade da criança, o século XIX teria como característica, no campo pedagógico, a conformação de saberes sobre a organização do sistema escolar, operando-se apenas uma atualização das teorias anteriormente produzidas . Embora, sem dúvida, fosse a construção de referências organizativas para os sistemas escolares em implementação que melhor definam tal período, conformando os métodos de ensino, há que se destacar a crescente produção de estudos voltados para compreensão dos processos de desenvolvimento humano. Tais conhecimentos foram apropriados pelo campo pedagógico através da ação dos especialistas , ao final do XIX, divulgadores da produção científica sobre o tema, difundida como saber fundamental para o exercício da prática docente .

Cabe inicialmente indicar alguns pressupostos que informaram essa análise, sustentada no diálogo com a chamada história das idéias, com a história das ciências, domínios em que a reflexão historiográfica tem indicado os perigos de construção de um trabalho desprovido de historicidade. Significa superar uma perspectiva de estudo de “ inteligências desencarnadas” , como nos alerta Lucien Febvre(1996).

Como também superar uma visão da história da ciência compreendida como o desenrolar evolutivo de teorias cada vez mais complexas e próximas da verdade e do real, em direção a um apuramento do conhecimento, desconsiderando as tensões no interior desse processo. Por fim, compreender o campo científico como um espaço de disputas, em que, como analisou Foucault(1986), a produção do saber é atravessada por relações de poder.

Assim é que o trabalho com as fontes revela-se fundamental na análise dos processos de construção conceitual no campo, de acordo com uma perspectiva genealógica da

investigação. Ou seja, considerar a produção desse campo de conhecimento, não como um continuum evolutivo, mas investigar também as tensões, deslocamentos no interior de tal trajetória, para além das permanências apreensíveis num recorte de longa duração.

. De maneira a sustentar a análise, cabe situar os ideários que marcam o período analisado, em que as concepções de progresso, evolução e civilização constituíam poderosas referências que aglutinaram a produção de saberes nos mais distintos campos, conferindo uma configuração singular a produção do conhecimento do período analisado, ao mesmo tempo que nortearam a produção histórica de práticas de intervenção social, cientificamente sustentadas.

Progresso, evolução, civilização:

Para Le Goff, a idéia de progresso, como se manifestou na história, caracteriza o século XIX nas sociedades ocidentais. Segundo o autor, até o século XVI, tal concepção como se configura na modernidade, não se apresentava. Na verdade, não é que não existisse a ideia de progresso, mas na representação do mesmo, não era considerado intrinsecamente positivo, nem associado a evolução social e humana.

A representação positiva do progresso, na visão de Le Goff, associa-se ao desenvolvimento da ciência e da técnica. “ Na origem de todas as acelerações da ideologia do progresso há um salto das ciências e das técnicas. “. Segundo o autor, os avanços característicos do século XVI, como a criação da imprensa, o nascimento da ciência moderna, levaram a construção de uma visão dum tempo evolutivo, relacionado a um aprimoramento do conhecimento e saber: “ é a experiência do progresso que leva a acreditar nele, enquanto a sua estagnação é geralmente seguida de uma crise de progresso” (2000, p. 196)

Pode-se situar na produção iluminista do século XVIII, a gênese da concepção de progresso dos oitocentos. Para os enciclopedistas, a crença no progresso era sua base de fé. Especialmente em Condorcet conforma-se a representação de que o progresso no conhecimento seria causa do progresso social, concepção nova que iria florescer no século XIX. “ Como sempre, o que opera esta concepção e a faz desenvolver são os progressos científicos e técnicos, os sucessos da Revolução Industrial, a melhoria, pelo

menos para as elites ocidentais, do conforto e do bem estar e da segurança, mas também os progressos do liberalismo, da alfabetização, da instrução e da democracia” (Le Goff, 2000, p. 212)

Verifica-se um crescente ampliação de uma representação positivada de progresso, atrelada aos inequívocos avanços técnico-científicos, para outros domínios humanos. Assim é que estabeleceu-se uma associação, característica do século XIX, entre progresso científico e progresso moral. Cabe destacar a centralidade da moral neste período histórico, como observou Peter Gay (2002). É ao longo dos oitocentos que afirma-se que o desenvolvimento técnico científico, próprio das nações europeias civilizadas, traria como consequência o desenvolvimento moral, compreendido como capacidade de exercício do autocontrole, que caracterizaria o indivíduo civilizado (Elias, 1994).

Um dos aspectos definidores do ideário do progresso no século XIX, é sua articulação com o conceito de civilização, em que ambas noções se plasmam na configuração de um modelo etapista de desenvolvimento histórico. Construiu-se um modelo linear e universal de evolução das diferentes sociedades humanas, cujo ápice seria o nível alcançado pelas sociedades ocidentais européias, as quais se tornaram sinônimos de civilização. A medida em que o homem, na teoria evolucionista, era compreendido como parte de uma totalidade maior, definida pelas mesmas leis da evolução, configura-se com maior clareza a ideia de uma lei geral do progresso (ambição maior de Spencer), a governar as espécies, as sociedades, as raças e os indivíduos. Tal concepção iria sustentar, no campo da antropologia, o evolucionismo de Tylor, na sociologia o modelo spenceriano e o positivista de Comte, na historia o historicismo de Rancke e na psicologia, a psicogenia.

Para Foucault, constrói-se, na modernidade, a concepção de um “ tempo evolutivo”, um tempo social que se expressa também nas técnicas administrativas e econômicas que manifestavam: “ um tempo de tipo serial, orientado e cumulativo: descoberta de uma evolução em termos de progresso” (1986, p 45) Nesse tempo evolutivo, a criança constituiria o momento de gênese e a intervenção no seu processo de desenvolvimento a garantia de progresso individual. “ progresso das sociedades, gênese dos indivíduos, essas

duas grandes descobertas do século XVIII são talvez correlatas das novas técnicas de poder e, mais precisamente, de uma nova maneira de gerir o tempo torna-lo útil, por recorte segmentar, por seriação, por síntese e totalização” (idem, ibidem)

A idéia de evolução, central para compreensão da produção científica dos oitocentos tem na teoria da seleção natural de Darwin não sua única expressão, mas sua mais completa tradução, sua forma mais acabada, que articulou e aglutinou todo o amálgama científico referido a representação da época de evolução e progresso. Como afirma Hobsbawn a teoria darwinista causou sensação, não tanto porque o conceito de evolução fosse novo- era conhecido há décadas, mas antes porque constituía a primeira explicação satisfatória das origens das espécies (1988)

Portanto, cabe analisar tal produção no interior de um campo de forças em que a ciência da biologia, respaldada na hegemonia advinda dos seus avanços iria constituir a referência privilegiada para os estudos sobre o desenvolvimento humano. A unidade que perpassava os mais diversos campos do conhecimento do período era do estudo da vida, em suas mais diferentes manifestações.

Ribot destacou sua influência na configuração da nascente ciência da psicologia: “ A idéia de progresso, de evolução ou de desenvolvimento, que se tornou preponderante nos nossos dias em todas as áreas que tem como objeto uma realidade viva, foi seguida pelo duplo estudo das ciências sociais e da história. As idéias escolásticas sobre a imutabilidade das formas de vida e sobre a uniformidade das épocas da história deram lugar a uma concepção contrária. A doutrina do velho Heráclito voltou, mas comandada pela experiência de vinte séculos, tudo corre, tudo muda. Fisiologia, linguística, história, literatura, artes, tudo depõe em favor do desenvolvimento” (Ribot, 1901 apud Mueller, 2001, p. 7)

As primeiras produções sobre os processos de desenvolvimento humano tiveram como característica situarem-se no campo da biologia, mais do que na psicologia, esta identificada com a psicologia experimental, e que teve um desenvolvimento diferenciado

nesse período histórico. Para Cairns (1997, p. 23)¹: “ o diálogo de tais autores (das investigações sobre ontogênese) dá-se com o campo da biologia e, mais caracteristicamente, com a teoria evolucionista e os trabalhos da embriologia. A psicologia nascente, definida como psicologia experimental tinha outra trajetória, fundada na realização de pesquisas empíricas sobre os fenómenos psíquicos”

O estudo dos mecanismos ontogenéticos humanos constituiu uma trajetória própria, com organizações científicas e revistas acadêmicas específicas, que iriam se encontrar com a chamada psicologia científica, apenas ao final do século XIX e primeiros anos do século XX.

Fundamentos biológicos dos primeiros estudos ontogenéticos:

A centralidade historicamente assumida pela teoria darwiniana na formulação do conceito de evolução tornou opacas outras perspectivas que operavam com tal conceito, não necessariamente darwinianas e que foram fundamentais para a construção dos estudos ontogenéticos humanos.

Assim é que, anterior a Darwin, filósofos como Comte, Stuart Mill, Spencer, lançavam mão do conceito de evolução como chave para compreensão das mudanças históricas. Para Le Goff, o século XIX seria, nesse sentido marcado pela centralidade da história, na apreensão reiterada, nos mais diferentes campos do conhecimento da gênese e transformação dos mais distintos fenómenos, quer fosse a natureza, o sistema solar, as distintas sociedades, os indivíduos.

No campo da biologia, outra matriz na produção inicial dos estudos ontogenéticos, foram os trabalhos em embriologia de Von Baer e Haenckel, cujas investigações sobre a gênese do embrião humano deram origem a modelos estruturantes de crescimento e serviram de referência para a análise psicogenética. Na primeira metade do século XIX, Haenckel desenvolveu estudos morfológicos voltados para o desenvolvimento embrionário, formulando a chamada hipótese da recapitulação, segundo a qual : “ a ontogênese repete a filogênese”, frase síntese de seus estudos que foi apropriada tanto de maneira literal por

¹ Livre tradução do autor deste trabalho

Stanley Hall, quanto influenciou Freud, Piaget, Vygotsky e Levi Bruhl, já na primeira metade do século XX

A hipótese da recapitulação fundava-se na análise de pequenas sequências do desenvolvimento embriológico. Para Cairns (1997, p. 24): “ Tal pressuposto combinava as duas principais forças da evolução orgânica: a ontogênese e a filogênese num único padrão”.

Von Baer é considerado um dos principais biólogos do século XIX, com seus trabalhos no campo da embriologia comparativa, tendo descoberto o óvulo humano. A partir dos seus trabalhos experimentais, enunciou princípios gerais da mudança genética, no que chamou de “ Fundamental nature of ontogenetic change” : “ Von Baer propos a idéia de que o desenvolvimento ocorria através de estágios sucessivos , dos mais gerais aos mais específicos, dos mais homogêneos em direção à diferenciação, dando origem a estruturas organizadas ” (apud Cairns, 1997, p. 28)

Von Baer opôs-se a hipótese da recapitulação, afirmando esta basear-se em observações falsas e fundar-se mais uma perspectiva romântica, que lógica. Em seus estudos, Von Baer sustentava que os organismos de espécies relacionadas eram muito similares anatômicamente durante os primeiros estados do crescimento embrionário. No entanto, ao contrário das expectativas da interpretação de Haenckel, diferenças típicas a cada espécie, apareciam muito cedo no curso do desenvolvimento e não nos seus estágios finais. A principal conclusão do autor era que “ o processo de desenvolvimento demanda estudos rigorosos nos seus termos, não podendo ser derivados de analogias com a evolução” (apud Cairns, 1997, p. . 29)

É interessante ressaltar a oposição entre os estudos embriológicos de Von Baer e a teoria evolucionista. Isto indica, para alguns autores que historicizam o campo, como Charlesworth (1992 apud Cairns1997), que a influência da teoria evolucionista darwiniana teria sido superestimada na construção dos estudos ontogenéticos, constituindo mais um recurso retórico de legitimação científica, que uma ferramenta conceitual para apreensão dos processos de desenvolvimento humano. Porém, os

trabalhos de Haenckel(1866) conjugando a ontogenia e os conceitos evolutivos no princípio da recapitulação, foram muito influenciados pelo evolucionismo darwiniano.

A tese de Von Baer é explicitamente retomada nos trabalhos de Spencer, no livro *Principles of Psychology* (1855), em que afirma que os princípios do desenvolvimento humano, como os das demais espécies constituíam um processo contínuo de diferenciação e organização, apesar das formulações do biólogo, como referido anteriormente, serem contrárias a teoria evolucionista darwiniana. A obra de Spencer teve importante papel na configuração da psicologia e dos estudos acerca dos processos humanos, abordados a partir de uma perspectiva genética. Spencer aplicou sua perspectiva evolucionista a diferentes domínios do conhecimento, nas obras: *Principles of biology* (1867), *Principles of sociology* (1877). Para Valette(apud Le Goff) em Spencer fica clara a confusão da ideia ocidental de civilização, articulada a noção de progresso, com *toda* idéia de civilização, o que marcaria seus estudos nos distintos campos.

No livro *Principles of psychology*, Spencer explicita a ideia de evolução, associando-a ao progresso científico, caracterizado por diferenciação e integração. Assim, a evolução assumia sua forma mais perfeita no Estado da Razão, postulando-se sucessivas etapas na sua construção. Para Spencer, deveria-se estudar os fenômenos psíquicos a partir de suas origens, analisando seu processo de desenvolvimento, contemplando os elementos constitutivos do pensar. No dizer do autor, toda a vida psíquica ou física resultaria de uma combinação de transformações que corresponderiam a sua existência e sequência externa, resultando em leis gerais.

Em termos de vida psíquica, Spencer descrevia 3 maneiras de produção do progresso: por crescimento do número de fenômenos, por ajuste da relação entre seus elementos, por complexificação das formas mais simples para as mais elaboradas (especialização, complexificação e generalização), configurando uma lei geral definida por uma relação de persistência. Haveria uma tendência a harmonia marcando os fenômenos humanos, sendo a ordem do progresso concebida como invariável.

Spencer não chegou a desenvolver sua perspectiva de análise no estudo do desenvolvimento humano, centrando-se na investigação de fenômenos psíquicos como

atenção, memória, etc. Para o autor, a partir da vivência rudimentar da criança até a consciência do adulto, a transição se faria por uma marcha lenta de um progresso mental, que alongando a marcha lenta corporal, estabeleceria a mesma relação entre espírito e matéria, que a descrita na evolução do sistema nervoso. Assim, a evolução da inteligência daria-se a partir das formas de vida mais rudimentares até suas formas mais elevadas, expressas na vida adulta (1903).

A perspectiva evolutiva de análise, aliada a leitura da hipótese da recapitulação de Haenckel como conceito chave para análise dos processos de desenvolvimento individual trouxeram para o campo de tal produção a filosofia positivista. Comte, ao formular os três estágios de desenvolvimento das sociedades, afirmava sua relação com os processos de desenvolvimento do indivíduo, ao mesmo tempo que conferia centralidade ao estudo numa perspectiva histórica. Os estágios do desenvolvimento das sociedades foram apreendidos como analógicos ao estudo dos processos de desenvolvimento humano, entendendo-se que haveria uma homologia entre os dois campos. Ao mesmo tempo, a inexistência à época de recursos técnicos metodológicos capazes de fundamentar a realização de pesquisas empíricas com crianças, fizeram com que a ordem de sucessão lógica estabelecida por Comte sustentasse as análises dos processo de desenvolvimento mental do indivíduo.

OS ESTUDOS MONOGRÁFICOS SOBRE OS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO:

A partir da segunda metade da centúria, uma outra tradição de estudos em torno da evolução humana, de caráter biográfico, tomou forma. As primeiras produções descrevendo o desenvolvimento humano, além dos conhecidos estudos de Rousseau e Locke, assumiram um caráter narrativo, em trabalhos monográficos baseado em observações individuais de crianças, em situações cotidianas, ou, mais exatamente, filhos dos pesquisadores. O objetivo era a descrição do aparecimento de comportamentos como raiva, medo, atenção, linguagem, etc.

Destacam-se Tiedmann, médico alemão que em 1787 publicou as observações sobre o desenvolvimento do seu próprio filho, intitulada: “Observações sobre o desenvolvimento

das faculdades anímicas das crianças” e, no século XIX, Darwin, Preyer. Perez (The first three years of childhood, 1885), Taine(1876).

O trabalho de Darwin, publicado em 1877: “ A biographical sketch of an infant”, constituía um diálogo com o artigo de Taine, contendo observações sobre o desenvolvimento infantil, publicado na Revista Mind². Darwin então resolveu publicar na mesma revista, as anotações sobre o desenvolvimento do seu filho, num breve artigo de 9 páginas: “ O meu filho nasceu em 1839 e comecei imediatamente a fazer apontamentos sobre o despontar das várias expressões que exibia, porque estava convencido, mesmo naquele período, de que as expressões mais complexas devem ter tido uma origem gradual e natural” (p. 121).

Neste artigo, Darwin faz uma detalhada descrição das manifestações da criança, em distintos aspectos: emoção, razão, raiva, medo, movimento, modos de comunicação, estando especialmente atento a sua gênese e articulação com o comportamento das demais espécies.

Preyer, embriologista alemão, desenvolveu um estudo sistemático de caráter biográfico na obra: “The mind of child: observations concerning the mental development of the human being in the first year(1881)”. Quatro anos depois, completou seu projeto publicando “ The special physiology of the embrio (1885)”. Preyer fez uma descrição detalhada do desenvolvimento de seu filho, nos seus primeiros tres anos, dando especial atencao ao desenvolvimento dos reflexos e do comportamentos. Segundo o autor, os princípios aplicados ao desenvolvimento embrionário deveriam ser estendidos aos estudos sobre o comportamento humano, em que ambas investigações deveriam ter um caráter complementar. Segundo Preyer: “ Eu me propus alguns anos atrás o desafio de estudar a criança a partir de uma perspectiva fisiológica, com o objetivo de compreender os diferentes processos vitais” (1881, p. IX)

Preyer partilhava da perspectiva de seus contemporâneos de compreensão dos fenômenos humanos a partir de uma teoria evolutiva geral, expressa nas mais diferntes formas de vida e espécie. Embora tenha se destacado como embriólogo, sua obra teve enorme

² Tal publicação, iniciada em 1876, constituía uma das principais produções científicas do período

circulação, tendo sido professor de Stanley Hall, que difundiu e deu sequência ao desenvolvimento de estudos que iriam fundar a psicologia genética.

Em seus termos, Preyer assim definia o projeto que sustentou a obra: “ Eu escrevi um diário completo desde o nascimento até o final do terceiro ano de meu filho. Observando-o ao menos tres vezes ao dia , todos os dias, buscando distancia-lo, ao máximo, dos treinos que as crianças recebem nesta idade. Eu encontrei quase todos os dias algum novo processo mental digno de registro”(1881, p. X)

Preyer defendia a ideia de que o ser humano ao nascer, ao contrário do que supunha Locke e os sensualistas, não era uma tábula rasa, mas seu processo de desenvolvimento teria como base fatores hereditários. No dizer o autor: “ Nós percebemos que a hereditariedade é um importante fator na atividade individual, que constitui a gênese da vida mental” (idem, ibidem, p. X)

A RACIALIZAÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO HUMANO:

Os estudos monográficos mostravam-se insuficientemente científicos, na perspectiva modelar da ciência que se definiu ao longo daquele período histórico. Por um lado, careciam de utilização de técnicas e instrumentos de medida e, por outro, pouco precisavam, de maneira objetiva, os fenômenos psíquicos observados. Quantificação e objetivação, palavras chave capazes de conferir status científico a um campo de investigação constituíram os norteadores do processos de construção de uma chamada psicogenia.

Nesse sentido, observa-se um deslocamento em torno de tal produção, a partir da influência dos trabalhos estatísticos de Quetelet e da configuração da antropometria, trazendo para o centro da reflexão sobre o desenvolvimento humano, o conceito de raça.

Quetelet constitui-se como referência central, ao inaugurar a estatística social. O matemático belga desenvolveu estudos em diferentes campos, mas foi o primeiro a construir padrões de medida objetivos e quantificáveis, estabelecendo uma relação entre crescimento físico e raça/ origem social. Entre outros trabalhos, Quetelet mediu o

crescimento de um grupo de escolares, comparando os processos de desenvolvimento físico, formulando a hipótese estatisticamente sustentada, de que haveria uma diferença na evolução do crescimento de crianças de diferentes classes sociais.

Seu estudo foi pioneiro e constituiu referência fundamental na estruturação da antropometria, forjando o conceito de homem normal (average man) O autor defendia que a lei do erro e desvio poderia ser aplicada aos fenômenos humanos. Se os fenômenos analisados eram parte constitutiva da natureza humana, seria possível determinar os padrões de normalidade física e intelectual de uma dada população. O comportamento individual poderia para o autor ser comparado ao quociente comportamental do homem padrão, the “average man”. Quetelet publicou seus estudos em 1835, na obra: “*A Treatise on Man, and the Development of His Faculties*” em que aplicava os princípios da estatística para os fenômenos humanos. .

Quetelet pensava que as qualidades físicas e mentais eram propriedades reais de povos e raças e não conceitos abstratos . O autor forneceu substrato estatístico para a concepção das diferenças raciais característica do século XIX Seu conceito de homem padrão (average man) constituiu a referência para a mensuração dos processos mentais humanos.

Nos estudos sobre desenvolvimento humano, o impacto foi direto, redirecionando a perspectiva de análise. Não se tratava mais de observar e analisar, numa perspectiva descritiva, os fenômenos psíquicos ao longo do desenvolvimento de um único indivíduo, como nos trabalhos pioneiros de Taine, Darwin, Preyer. Tratava-se de, a partir de Quetelet, utilizando grandes populações aferir, comparar e construir escalas padrão do desenvolvimento fisiológico, capazes de indicar o desenvolvimento das funções psíquicas. É nessa perspectiva que a medição dos diâmetros encefálicos assumiram papel de importantes indicativos do desenvolvimento das faculdades mentais, medição essa racialmente comparada

O conceito de raça assumiu centralidade nos estudos sobre desenvolvimento humano, conferindo-lhes uma nova configuração conceitual. Partindo da hipótese da recapitulação de Haenckel e no diálogo com a teoria evolucionista de Tylor, no interior do campo

antropológico, compreendia-se haver uma escala evolutiva entre as diferentes raças humanas, cujo ápice seria a raça branca ocidental, produtora da civilização. Segundo Hobsbawn (1988, p. 355), de acordo com a antropologia evolutiva da época: “ As outras raças eram inferiores porque representavam estádios anteriores da evolução biológica, da evolução sociocultural ou de ambas”.

Nesse sentido, o indivíduo ao longo do seu processo de evolução individual, estaria sujeito às possibilidades evolutivas da raça, biologicamente definidas. Portanto, um modelo de desenvolvimento humano teria que considerar o pertencimento racial, de forma a apreender as possibilidades de cada organismo.

Stuart Hall é considerado um dos precursores do campo. O autor estabelecia uma filiação direta com a hipótese da recapitulação de Haeckel, afirmando que: “No seu processo de desenvolvimento o indivíduo repete a história da espécie, passando do estágio protozoário para o metazoário chegando depois ao anfíbio, antropóide e por fim ao etnóide(1904, p. 13). Hall estabelecia um diálogo com a antropologia da época, especialmente a antropometria, à medida que esta voltava-se para o estudo das diferenças raciais, tomadas num sentido evolutivo.

Na mesma perspectiva, Baldwin, voltou-se para um projeto de construção de uma psicologia genética fundada no estudo das relações entre as formas mais simples e as mais complexas, definindo os princípios de uma ciência que tivesse o caráter comparativo, garantia de sua cientificidade. Tal princípio comparativo voltava-se para análise da relação homem X animal, normal X patológico, primitivo X civilizado, criança X adulto. Segundo o autor: “ O estudo da psicologia da infância torna possível compreender os estágios mais primitivos de desenvolvimento da mente, as origens das formas mais complexas. A investigação sobre a criança possibilita conectar a gênese da vida adulta, através da observação do crescimento da capacidade mental” (1893, p. 18)

Baldwin revela, por um lado, a permanência de uma visão do desenvolvimento humano análogo ao das demais espécies, utilizando termos advindos da biologia evolucionista e, por outro, uma diálogo, característico da psicologia genética nascente com a antropologia,

no estudo da mente primitiva, além de trazer para a ciência nascente a perspectiva comparada, característica do modelo científico dos oitocentos.

Na verdade, em sua obra, Baldwin estabelece uma correlação, herdeira também da teoria da recapitulação, entre desenvolvimento individual e da espécie, trabalhando num diálogo com a antropologia comparativa de Tylor.

Cabe marcar que a psicologia genética nascida no século XIX, se ainda não havia construído uma teoria de estágios do desenvolvimento individual, o fez ao longo de todo o século XX, definindo a produção de uma representação etapista, contínua e ascendente dos processos de desenvolvimento humano.

No diálogo com as demais ciências, a psicologia genética que se constituiu nesse momento definiu-se como ciência comparada, condição de inteligibilidade dos fenômenos humanos, em que o estudo dos animais, dos povos ditos primitivos, daria condições de construção de um padrão de normalidade, este definida e sustentada no estudo do homem ocidental contemporâneo.

Baldwin foi um dos primeiros investigadores no campo da nascente psicologia genética a estabelecer um diálogo com o campo da educação afirmando ser a psicologia genética uma ciência aplicada. Seu estudo “Training of attention” revela sua perspectiva, bem como seu trabalho: “Origins of volitions in childhood” publicado em 1892.

O interesse que o tema despertou a época expressa-se no surgimento de publicações centradas no estudo do desenvolvimento humano, como *Pedagogical Seminary*, organizada por Hall, publicada a partir de 1871, *Studies of childhood*, editada por Sully e em 1875 rebatizada de *Child study monthly*, na Alemanha a publicação *Kinder febeler* de 1896 e *Kinderseele* de 1900 e na França o *Bulletin de la societe pour le etude psychologique de lenfant*, de 1901. O título das mesmas revela uma progressiva definição da psicologia como campo de investigação sobre o desenvolvimento humano e uma crescente articulação com a educação.

CONCLUSÃO:

O desenvolvimento de estudos cada vez mais sistemáticos no interior deste campo, ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, revela sua crescente

importância, adquirindo legitimidade científica e social. Tal legitimidade conjuga-se a produção de trabalhos de caráter aplicado, em resposta a demandas do campo da educação, bem como a produção de novas demandas neste campo de intervenção.

Verifica-se que, se em 1881 Preyer publica seus estudos, situados claramente na biologia, em 1896, Baldwin desenvolve um estudo sobre a fadiga, estabelecendo preceitos pedagógicos que fazem anunciar uma crescente articulação dos dois campos, bem como uma identidade maior da psicologia genética nascente, distinta dos estudos da embriologia e da teoria da seleção natural, mesmo que muitas vezes dela derivada.

Fica claro tal deslocamento no discurso proferido por Ribot, no Congresso de Psicologia de 1901: “ A psicologia da infância, inicialmente um tanto casuística, tomou forma mais sistemática, visando mais descrever estados que traçar uma evolução e tornar-se um estudo embriológico e genético do ajuste vivo, propondo-se também a servir os interesses da pedagogia” (apud Mueller, 2001) .

Cabe pensar em que medida a confluência da psicologia da infância, de caráter genético, com a pedagogia, que buscava definir a organização e ordenação dos conhecimentos escolares foi resultado não de uma necessidade intrínseca a cada campo, mas de um processo de construção de legitimidade científica e social.

Nesse processo, também a pedagogia, ao pretender afirmar-se como ciência, de caráter experimental, buscou na psicologia genética referenciais teórico metodológicos que lhe desse sustentação. Com isso, embora os pressupostos das teorias biológicas do século XIX tenham deixado suas marcas na produção do final do século XIX e início do século XX, os campos afirmaram-se cada vez mais distintos.

BIBLIOGRAFIA:

- . BALDWIN, J. Elements of psychology. 1893
- . DARWIN, Charles. Autobiografia. Lisboa, Olhos d'água, 2004
- . DARWIN, Charles. In [http://psychclassics.yorku.ca/Darwin7 infant.htm](http://psychclassics.yorku.ca/Darwin7%20infant.htm).

- . CAIRNS, Robert. The making of developmental psychology in DAMON & LERNER (org.) Theories models of human development. Handbook of child psychology, vol. 1, 1997
- . ELIAS, Norbert. O processo civilizador. 1 vol. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993
- . FEBVRE, Lucien. Olhares sobre a história. Lisboa, Asa, 1996
- . FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petropolis, Vozes, 1986
- . HALL, Stanley. Adolescence. New York, New York Post, 1969. 1 ed. 1904
- . HOBSBAWN, E. A Era dos Impérios. São Paulo: Paz e Terra, 1988
- . KULHMAN, Moyses & FREITAS, Marcus Cesar. Os intelectuais e a história da infância. São Paulo: Cortez, 2003
- . LE GOFF. História e memória. Lisboa, Edicoes 70, 2000
- . MUELLER, Charles. História da psicologia. Lisboa: Presença, 2001
- . NARODOWSKI. Infância y poder. Buenos Aires: Aique, 1993
- . PREYER, W. The mind of child. S/ed. 1881
- . QUETELET. IN <http://psychclassics.Yorku.ca/Quetelet.htm>
- . SPENCER, Herbert. Principles of psychology. Paris, Felix Acour Editeur, 1903 5 ed.